



Dia Internacional de Luta da Mulher

Editorial

Marco histórico para a retomada da Educação como espaço de democracia e diversidade, a Conferência Nacional de Educação, que aconteceu no final de janeiro em Brasília, trouxe de volta o debate sobre gênero, sufocado pela recente onda conservadora, que avançou também sobre as diretrizes do Plano Nacional de Educação.

Sempre conectada às pautas essenciais, a APEOESP apresenta aqui as contradições do Brasil que luta para superar a herança autoritária. A aprovação de leis, como a pensão para os órfãos do feminicídio, e a revogação da tese jurídica de 'legítima defesa da honra', que já absolveu muitos homicidas, convivem com manchetes que apontam número recorde de estupros e o desrespeito quase diário a mulheres, nos mais variados contextos.

O Enem 2023 jogou luz a outro tema relevante: a invisibilidade do trabalho feminino. Representante de uma categoria formada majoritariamente por mulheres, a APEOESP destaca nesta edição, profissionais que utilizam seu talento exatamente para contar as histórias e dar visibilidade à trajetória de outras mulheres.

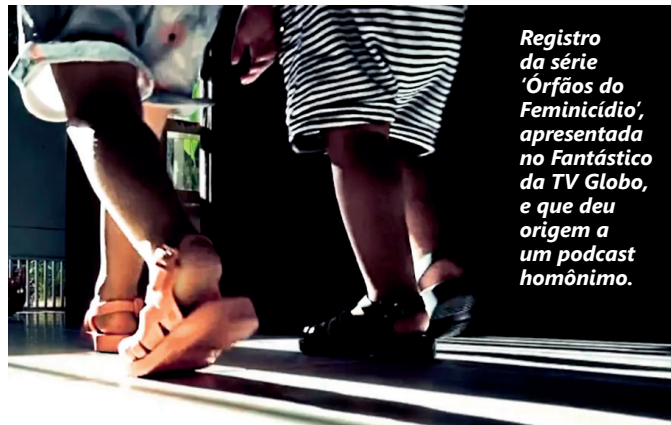
Vale ressaltar que o Sindicato criou, durante o seu XXVII Congresso Estadual, realizado em setembro de 2023, a Secretaria de Direitos Humanos, uma iniciativa que amplia a atuação dos professores em temas como diversidade, periferias e suas interseções, pautas essenciais para combater o preconceito, o bullying e também o machismo.

Que a leitura deste Boletim Especial para o Dia Internacional das Mulheres inspire aulas, atividades pedagógicas e, sobretudo, uma nova atitude de respeito, orgulho e celebração da feminilidade.

VEJA AINDA NESTA EDIÇÃO:

Crianças e vulneráveis	pág. 2
No caminho de Julieta	pág. 2
Direitos sexuais e reprodutivos	pág. 2
Do Enem aos palcos	pág. 3
O legado de Rita Lee e outros ícones	pág. 3
Rotina de desrespeito e assédio	pág. 3
Conae na retomada da diversidade	pág. 4
Onde pedir ajuda	pág. 4

Pensão para órfãos do feminicídio já está em vigor



Registro da série 'Órfãos do Feminicídio', apresentada no Fantástico da TV Globo, e que deu origem a um podcast homônimo.

Ao sancionar a Lei 14.717/2023, que estabelece pensão para filhos de vítimas do feminicídio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva atendeu uma reivindicação histórica de assistência a crianças e adolescentes desamparados ao enfrentar a trágica realidade do luto precoce.

A lei assinada no dia 31 de outubro de 2023 é resultado de projeto da deputada Maria do Rosário (PT/RS), que estabelece o benefício no valor do salário-mínimo vigente no País, para famílias de baixa renda.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, sete em cada dez mulheres assassinadas são mães. Embora não exista uma estatística oficial de órfãos do feminicídio, o Ministério das Mulheres estima que 2.529 crianças e adolescentes perderam suas mães assassinadas em 2022.

Reparação

A pensão não é cumulativa com outros benefícios da Previdência Social e será distribuída entre os filhos da vítima. A lei

permite que o pagamento comece antes mesmo da sentença de feminicídio.

“É preciso garantir que as pessoas que são vítimas da violência não tenham seus filhos abandonados pelo Estado. Se o Estado não cuidou da pessoa e permitiu que ela fosse vítima, o Estado precisa, pelo menos, assumir a responsabilidade de cuidar das crianças”, defendeu Lula durante o programa Conversa com o Presidente.

A nova lei é considerada medida de caráter reparatório às vítimas diretas e indiretas da violência de gênero, ação prevista no Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, instituído em agosto do ano passado.

Documentos

O benefício será concedido aos órfãos cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a 25% do salário-mínimo. Autores ou participantes do crime não poderão representar crianças e adolescentes na requisição ou recebimento da pensão, que deve ser solicitada com os seguintes documentos: boletim de ocorrência, comprovante de residência, comprovante do vínculo da vítima com o órfão, documentos pessoais do beneficiário e responsável e o formulário de vulnerabilidade fornecido pela Secretaria da Mulher.

Em legítima defesa das vítimas



Por 10 votos a 0, o Supremo Tribunal Federal proibiu o uso da tese de legítima defesa da honra por advogados, policiais ou juizes. A decisão unânime e histórica, proferida em 1º de agosto de 2023, derrubou um alibi, que nunca esteve no Código Penal, mas sempre foi utilizado para garantir a impunidade de assassinos de mulheres no Brasil:

No mais célebre caso envolvendo a tese, o criminalista Evandro Lins e Silva absolveu o assassino da socialite Ângela Diniz, Doca Street, em 1976, descrevendo a vítima como promíscua e o réu, como um homem abalado pela paixão.

Únicas mulheres no STF, as ministras Carmem Lúcia e Rosa Weber denunciaram, ao declarar seus votos, a violência endêmica contra as mulheres brasileiras, provocada pelo machismo estrutural da sociedade.

Novas leis

Já conhecida como “Não é Não”, a Lei 14.786 foi sancionada pelo Presidente da República em 29 de dezembro de 2023. O texto estabelece um protocolo de proteção para mulheres em casas noturnas, boates, espetáculos musicais realizados em locais fechados e em shows, com venda de bebida alcoólica.

A existência deste mecanismo para ajudar mulheres vítimas de assédio, constrangimento e outros crimes na Espanha garantiu a prisão do jogador Daniel Alves, condenado por estupro, e inspirou a deputada federal Maria do Rosário a apresentar o projeto da lei, que prevê entre outras medidas que os chamados locais de diversão tenham pelo menos um funcionário qualificado para atender o Protocolo “Não é Não” e acionar a Central de Atendimento à Mulher - 180 - nas ocorrências.

Destaque também para a Lei 14.457, promulgada em 2022, que altera as atribuições da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - que agora também deve combater o assédio moral e sexual no ambiente de trabalho.

08 de Março de 2024

“Nas ruas pela vida das mulheres e legalização do aborto! Contra as violências, privatizações, fascismo e genocídio do povo negro e palestino!”

Participe: a partir das 16h00, no vão livre do Masp, na Avenida Paulista



Estupros e feminicídios atingem recordes

“No Brasil, pretos morrem porque são pretos, mulheres morrem porque são mulheres e travestis morrem porque são travestis. Tem uma coisa que é estrutural” - Andréa Beltrão, intérprete de icônicas personagens femininas

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública aponta que o Brasil registrou a maior taxa de estupros de sua história em 2022. Produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Anuário informa que foram 74.930 ocorrências no último ano contabilizado, aproximadamente 205 casos por dia.

Entre as vítimas, 61,4% tinham, no máximo, 13 anos de idade. Especialistas alertam que os números podem ser ainda maiores, já que o levantamento considera apenas ocorrências que foram informadas às autoridades policiais, de um crime historicamente subnotificado.

Crianças e outras vulneráveis

O Estado de São Paulo também registrou o maior número de casos da série histórica para o crime. Foram 14.504 registros no ano passado, sendo que 11,1 mil são referentes a estupros contra vulneráveis

(crianças, adolescentes e outras pessoas consideradas incapazes de defesa).

Um dos fatores apontados pelo Fórum para a explosão de casos, principalmente de estupros de vulneráveis é o fechamento de escolas. Com o isolamento social imposto pela pandemia, em 2021 e 2022, muitos abusos contra crianças e adolescentes vieram à tona na retomada, em 2022.

Há outras hipóteses para o crescimento de registro: as mulheres sentem-se mais encorajadas a denunciar, com os constantes alertas sobre violência de gênero nos mais variados canais. Houve também uma mudança de legislação, desde que o Anuário de Segurança começou a ser divulgado, ampliando o conceito de estupro para qualquer ato sexual praticado sem consentimento.

Jovens e negras

Mas, há ainda outra informação alar-

O Instituto Patrícia Galvão produziu o Dossiê 'Feminicídio #InvisibilidadeMata' e criou também a plataforma digital Violência contra as Mulheres em Dados



Perseguição ao direito feminino



submetidas a abortos no hospital, entre 2020 e 2023.

A exposição da identidade das pacientes tem sido alvo constante de políticos conservadores. Quando assumiu o Ministério da Saúde, em janeiro de 2023, Nísia Trindade teve que revogar portaria do governo anterior que orientava médicos a avisar a polícia sobre abortos de mulheres estupidadas.

O Ministério da Saúde também anulou cartilha lançada em junho de 2022, ainda na gestão anterior, que afirmava que todo aborto é crime, na contramão da

Constituição vigente no País.

Contraceptivo também é alvo

As mulheres também têm enfrentado problemas com contraceptivos. Pacientes do Hospital São Camilo denunciaram que foram impedidas de realizar a inserção do DIU, um dispositivo intrauterino que impede a gravidez. Em comunicado oficial, a Rede de Hospitais São Camilo alegou que tem valores religiosos incompatíveis com a realização de procedimentos contraceptivos, em homens ou mulheres.

O Tribunal de Justiça de São Paulo aceitou a justificativa do Hospital, ao rejeitar liminar para que a Justiça obrigasse a instituição, que presta serviços ao SUS, a oferecer o DIU. Enquanto a ação ainda é analisada em outras instâncias jurídicas, a conduta continua sendo alvo de questionamentos, pelo desrespeito aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

mante: a taxa de feminicídios no País aumentou 40% entre 2017 e 2022. No último ano contabilizado, foram 1437 casos, uma média de 4 mulheres assassinadas por dia. De acordo com o Anuário, 70% das vítimas têm entre 18 e 44 anos e 61,1% são negras.

O feminicídio passou a ser considerado homicídio qualificado em 2015, quando foi incluído na lista de crimes

hediondos, com penas mais altas, de 12 a 30 anos de reclusão.

Em São Paulo, presos acusados de agressões domésticas que, porventura, sejam soltos em audiências de custódia, passaram a utilizar tornozeleiras eletrônicas, uma medida adotada para impedir que o agressor se aproxime, contendo violências mais extremas.

Julieta, no 2º País mais perigoso

As alarmantes estatísticas de estupro e feminicídio têm rostos como o da multiartista venezuelana Julieta Ines Hernández Martínez, a Miss Jujuba, que foi estuprada, assassinada e teve o corpo queimado às vésperas do Natal de 2023.

Julieta era poeta, integrava um coletivo de artistas cicloviantes, fazia apresentações circenses e era bonequeira, com o talento singular de confeccionar miniaturas dos seus modelos. Miss Jujuba apresentava-se em escolas, feiras, quilombos, férias e hospitalais.

O crime bárbaro, cometido por um casal supostamente viciado em crack, aconteceu em Presidente Figueiredo, no interior do Amazonas, teve repercussão internacional e levou às manchetes, outra informação devastadora: o Brasil é o segundo País mais perigoso do mundo para mulheres que viajam sozinhas.

O Women's Danger Index, um levan-



Que o medo não apague a curiosidade, que a brincadeira seja sempre nosso pão de cada dia": frase postada por Julieta Hernández foi grafitada no mural pintado em sua homenagem em Boa Vista, Roraima.

tamento realizado por jornalistas norte-americanas, avaliou os 50 destinos mais visitados do mundo e, entre eles, o Brasil só perde para a África do Sul e é mais perigoso do que países que segregam as mulheres por motivos religiosos e culturais, como Irã, Egito e Marrocos.

Em janeiro, manifestantes foram às ruas em várias cidades brasileiras e da América Latina para denunciar a brutalidade que interrompeu a trajetória de uma mulher que representava tantas, a artista, imigrante, ativista e ciclista Miss Jujuba.

Do Enem aos palcos, trabalho feminino sustenta a economia



Luana Pizzolato tirou mil na redação do Enem, ao falar do trabalho feminino que também inspirou livros da chef Bela Gil e da jornalista sueca Katrine Marçal.

O Boletim das Mulheres da APEOESP apresenta aqui alguns trabalhos imperdíveis, que extrapolam fronteiras, muito além do lar.



RITA LEE POR RITALEENA - "Rita Infinita - Prá Pintar seu Nome no Céu" foi o tema do Bloco Ritaleena no Carnaval 2024, o primeiro depois que Rita Lee faleceu, no dia 08 de maio de 2023. Criado pela estilista Yumi Sakate e pela cantora Alessa Camarinha em 2015 para levar às ruas versões carnavalescas da rainha do rock, o bloco firmou-se como um dos destaques do carnaval paulista. Suas criadoras estão ao lado de outras mulheres que homenagearam o legado de Rita Lee, quando a artista ainda estava viva, como Mel Lisboa, Marisa Monte e Júlia Mestre.

Tema na edição 2022 deste Boletim das Mulheres da APEOESP, o trabalho feminino pautou a redação do Enem em 2023. Quase três milhões de estudantes escreveram sobre os "desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil", na prova realizada no último mês de novembro; 60 deles obtiveram nota mil em um assunto que é muito familiar; afinal, o trabalho não remunerado exercido por mulheres ao redor do mundo

corresponde a algo entre 10% e 39% do PIB de qualquer País, de acordo com a ONU Mulheres.

São as atividades realizadas diariamente por meninas e mulheres que, durante a maior parte das suas vidas, cuidam de crianças, idosos e doentes.

Quem preparou o jantar?

O trabalho ignorado por economistas inspirou a jornalista sueca Katrine Marçal a escrever "Who Cooked Adam Smith's

Dinner?" - "Quem preparou o jantar de Adam Smith?", traduzido no Brasil como "O lado invisível da economia - Uma visão feminista" (Editora Alaúde).

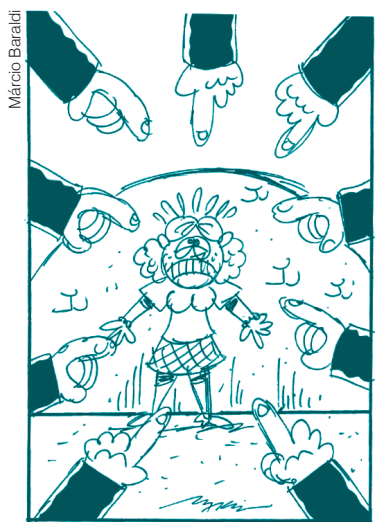
Ao descobrir que o grande teórico do capitalismo era cuidado pela mãe e pela irmã, a chef e ativista Bela Gil também dedicou-se a escrever "Quem Vai Fazer essa Comida?". Como a chef Bela inspirou-se nas pesquisas da jornalista Katrine, outras mulheres têm refletido em suas obras sobre o gigantesco legado do trabalho feminino.



EUNICE PAIVA PELAS FERNANDAS - Em fase de finalização, o filme "Ainda estou aqui" é uma adaptação da biografia homônima que Marcelo Rubens Paiva lançou em 2015 sobre sua mãe, Eunice Paiva. Símbolo da luta contra a ditadura, Eunice ficou viúva com o desaparecimento do marido, o deputado Rubens Paiva, preso e torturado pelos militares em 1971. Fernanda Torres interpreta Eunice na primeira etapa de sua jornada, que ainda teria uma luta de 14 anos contra o Mal de Alzheimer, encenada por Fernanda Montenegro.

Assédio e desrespeito criminosos

"Algumas pessoas não notaram que quando se descredibiliza uma mulher, reduz, ofende, a sociedade não anda para a liberdade coletiva" - Atriz Paolla Oliveira, vítima dos 'juizes da Internet'



As denúncias de misoginia na Internet cresceram quase 30 vezes em cinco anos no Brasil. A disparada dos crimes de ódio contra as mulheres coincide com o período de ascensão da extrema-direita no

País, que legitimou o sexismo e julgamentos sobre o corpo e o comportamento feminino.

De acordo a SaferNet, as ofensas, humilhações e ameaças contra mulheres em ambiente virtual subiram de 961 em 2017 para 28,6 mil em 2022. São frequentes também a divulgação de imagens e vídeos difamatórios.

A trivialização do desrespeito não poupa nem mulheres famosas, alvos frequentes de objetificação, comentários depreciativos sobre idade, peso e aparência, que tentam minar a essência e autoestima feminina.

Depois de receber o relatório da SaferNet, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania criou um grupo de trabalho para apresentar medidas de combate ao discurso de ódio e ao extremismo, que apresentou recomendações para o enfrentamento do problema. Entre as medidas propostas, a regulação das redes sociais, a pactuação de compromissos com as plataformas digitais e a realização de cursos sobre o tema.

Promovido pelo Ministério, o Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos, por exemplo, tem foco no combate aos discursos de ódio e extremismos. Destaque também para a iniciativa da Safernet de criar uma Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, que reúne dados de várias entidades, como a Polícia Federal e as Secretarias de Direitos Humanos. É só clicar <https://new.safernet.org.br/denuncie>

Dicas:

O e-book 'Liberdade de Expressão e Violência Política de Gênero e Raça nas Redes Sociais' foi lançado pela FGV Direito RJ no Dia da Internet Segura, 07 de fevereiro. O material aborda alguns casos emblemáticos de crimes de ódio contra mulheres em destaque no cenário político, como as agressões e ameaças contra a primeira-dama Janja da Silva, a ex-deputada federal Manuela d'Ávila e a deputada federal Talíria Petrone. Com 76 páginas, o e-book está disponível para download na Biblioteca Digital da FGV: <https://repositorio.fgv.br>



TARSILA DO AMARAL POR CLAUDIA RAI - No dia em que São Paulo celebrou os seus 470 anos, Claudia Raia subiu ao palco do Teatro Santander para estrear a turnê de "Tarsila, a Brasileira", uma das mais notáveis personagens da Semana de Arte Moderna de 22, que aconteceu no Municipal, ecoando em todo o País ainda hoje, mais de um século depois. Tarsila do Amaral faleceu em 1973, sem imaginar que suas obras seriam leiloadas por valores jamais vistos nas Artes Plásticas do Brasil e estariam em acervos de alguns dos principais museus do mundo.

Conae 2024 retoma **metas democráticas** da Educação

Rogério Cavalheiro



APEOESP em destaque na mais recente edição da Conferência Nacional de Educação

A importância da escola como um ambiente onde os estudantes encontrem educação de qualidade, acolhimento e também espaço de reflexão sobre respeito às diferenças e igualdade no tratamento foi enfatizada como meta, entre as propostas para o Plano Nacional de Educação 2024/34, apresentada pelos conferencistas que participaram da Conae.

A Conferência Nacional de Educação reuniu em Brasília, entre os dias 28 e 30 de janeiro, representantes da sociedade civil e entidades como a APEOESP para discutir o documento que traça as metas e a estratégias para a melhoria da educação brasileira.

Com o tema “Plano Nacional de Educação - PNE 2024/34: política de Estado para garantia da educação como direito humano com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável”, esta edição da Conae marca a retomada da participação da sociedade civil, parcialmente excluída nas edições de 2018 e 2022, na elaboração das políticas educacionais.

Há dez anos, o Plano Nacional de Educação 2014/24 teve termos relacionados à promoção da igualdade racial, de gênero e de orientação sexual suprimidos pelo Congresso Nacional sob pressão de setores

conservadores, como o Movimento Escola sem Partido. Agora, estas questões foram incorporadas ao documento final da Conae, entregue ao Ministério da Educação para orientar o Projeto do novo PNE enviado para votação.

O documento mantém e reafirma propostas, como a universalização da pré-escola a partir dos 4 anos; a ampliação, em três vezes, das matrículas da educação profissionalizante no ensino médio; a adoção dos padrões de qualidade para a educação a distância (EaD) no ensino superior; e o investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação.

Laura de Mello e Souza **conquista** prêmio inédito

Eduardo César



Ela formou gerações de professores e pesquisadores na FFLCH da USP e, no ano em que a Universidade completa 90 anos, tornou-se a primeira mulher e a primeira pessoa da América Latina a conquistar o International Committee of Historical Sciences, o Prêmio Internacional de História.

Laura de Mello e Souza foi reconhecida pela qualidade da sua obra, pela contribui-

ção para o avanço da pesquisa histórica e também pela atuação na área do ensino e formação de quadros. A premiação, concedida pelo Comitê Internacional de Ciências Históricas (Cish, na sigla em francês), será entregue em outubro, em Tóquio.

Com uma vasta produção acadêmica traduzida em vários países, a historiadora foi também professora da cátedra de História do Brasil na Universidade Sorbonne, em Paris, foi professora visitante na Universidade do Texas (EUA), Universidade Nova de Lisboa (Portugal) e Universidade Nacional do México. Destaque entre seus inúmeros livros para o primeiro, “Desclassificados do

ouro: A pobreza mineira no século XVIII”, e o mais recente, “O jardim das hespérides – Minas e as visões do mundo natural no século XVIII”. A Editora Ouro sobre Azul lançou em 2021 a Coletânea “Traços. Da obra de Laura de Mello e Souza”.

“O prêmio é uma grande honra. Mas gostaria de frisar a importância dele para a comunidade de historiadores brasileiros, que é numerosa e competente, e tem sua visibilidade reforçada por um fato como esse”, declarou a professora, também reconhecida pela elegância e pela orientação de outros pesquisadores, durante sua premiada carreira.

Onde pedir ajuda

O Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher - recebe denúncias 24 horas, oferece orientações às vítimas de violência doméstica e informações sobre leis e campanhas.

Em São Paulo, há ainda 140 Delegacias da Mulher, mas apenas algumas delas funcionam 24 horas. A DDM Online permite o registro dos crimes através do site da Polícia Civil: www.delegaciaeletronica.policiaivil.sp.gov.br

Existem também Salas DDM 24 horas anexas aos plantões policiais dos municípios, para que a vítima possa conversar com uma equipe especializada no atendimento à mulher, através de videoconferência.

Expediente



Dirigentes responsáveis

Fábio Santos de Moraes
Primeiro Presidente da APEOESP
Maria Izabel Azevedo Noronha
Segunda Presidenta
Francisco de Assis Ferreira
Secretário de Comunicações

Rui Carlos Lopes de Alencar
Vice-Secretário de Comunicações
Suely Fátima de Oliveira
Secretária para Assuntos da Mulher
Eliana Nunes dos Santos
Vice-secretária para Assuntos da Mulher

Conselho Editorial

Fábio Santos de Moraes
Maria Izabel Azevedo Noronha
Francisco de Assis Ferreira
Rui Carlos Lopes de Alencar
Zenaide Honório
Sérgio Martins da Cunha
Rita de Cássia Cardoso

Richard Araújo
Mônica Antonio da Silva Fernandes
Jessé Pereira Felipe
Roberto Guido
Miguel Noel Meirelles
Walmir Siqueira
Ozani Martiniano de Souza

Texto e Edição:
Ana Maria Lopes – Mtb 23.362

Produção:
Secretaria de Comunicações da APEOESP

Tiragem: 15 mil exemplares